



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0009680-86.2021.6.05.8000
INTERESSADO : @interessados_quebra_linha_maiusculas@
ASSUNTO : Decide recurso e determina notificação de anulação do pregão

DECISÃO nº 1743857 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de licitação para contratação de curso de oratória/condução de grupos na área administrativa/gestão, na modalidade EAD, a ser ofertado para todos os servidores deste Regional.

Realizado o certame, foi declarada vencedora a empresa COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ/MF nº 38.538.337/0001-20, conforme resultado por fornecedor, documento n.º 1725369.

Após a abertura do prazo recursal, irresignada, a empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO impetrou recurso, documento n.º 1725385, insurgindo-se contra os requisitos de habilitação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2021.

Contrarrrazões foram apresentadas pela COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, licitante vencedora, documento n.º 1725392.

O Pregoeiro se pronunciou nos seguintes moldes:

20. Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO CNPJ:08.202.383/0001-92 para, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão anteriormente proferida. Diante disso, em respeito ao art. 13, IV, e art. 17, VII, ambos do Decreto nº 10.024/2019, mantenho a decisão, encaminhando-a à autoridade competente para superior análise e deliberação.

Em seu relatório, informou:

Após esclarecimentos em tratativas com as licitantes que ofertaram os melhores lances, devidamente registrados no “chat” do pregão eletrônico, Foi recusada a proposta da empresa ERCILIA MARQUES DA SILVA SANTOS, por apresentar valor irrisório, dito pela empresa que foi erro de digitação e que seu valor real seria superior aos já ofertados pelas outras empresas; outras duas empresas: ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO e ADI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM LICITAÇÕES LTDA., foram inabilitadas por não atenderem ao Edital no item (11.1.7.1), bem como no item 5.1 do Anexo I do Edital, quanto à comprovação da capacidade técnica; sendo declarada vencedora do certame a empresa acima relacionada, (doc. SEI n.º 1725369) - Resultado por Fornecedor. JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

Houve, no prazo concedido, registro de intenção de recurso, pela empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO (Doc/SEI nº 1725385), foi apresentado também contra-razões pela empresa declarada vencedora pelo pregoeiro, (doc/SEI nº 17253921), o Pregoeiro emitiu sua decisão, conhecendo do recurso mas negando razão à empresa impetrante,

(doc/SEI 1725399), mantendo a decisão, e encaminhando-a à autoridade competente para superior análise e deliberação, encerrando a sessão do Pregão. Houve impugnação ao Edital por empresa que desejava participar do certame, (doc/SEI nº 1694875), e decisão da administração, (Doc/SEI nº 1697946); houve também pedidos de informação, todos acostados ao processo referido processo SEI.

Instada a manifestar-se, a Assessoria de licitações e Contratos e Questões Administrativas – ASJUR – opinou pelo acolhimento parcial da peça recursal, reconhecendo a restrição injustificada no Edital do Pregão n.º 21/2021, fundamentando seus argumentos nos seguintes termos:

10. Ante todo o exposto, opinamos pelo parcial acolhimento da peça recursal (doc. nº 1725385), por entender que, de fato, o edital do Pregão nº 21/2021 apresentou restrição injustificada e impertinente, apresentando, assim, desconformidade com as normas que regem a matéria.

11. Considerando, entretanto, tratar-se de vício insanável, deve ser promovida a **anulação** do certame, e não a mera reforma da decisão do Pregoeiro, oportunizando-se aos concorrentes o contraditório e a defesa, nos termos previstos no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, que reza:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa."

12. A par disso, a área demandante deverá deflagrar novo processo, desta vez com alteração na forma de aferir a capacidade das licitantes, no particular.

Deste modo, lastreado no parecer ASJUR n.º 518, documento n.º 1738716, e parecer ASSESD, documento n.º 1743548, que adoto como razões para decidir, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa 04/2021, recebo o recurso interposto pela empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, pelas razões expostas no opinativo jurídico, reconhecendo que o Edital n.º 21/2021 previu restrição injustificada e impertinente e o procedimento licitatório não pode perseverar.

Por conseguinte, pelos mesmos motivos, não acolho as contrarrazões da empresa COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Assim, por se tratar de vício insanável, determino a notificação das licitantes da intenção da Administração de anular o Pregão Eletrônico n.º 21/2021, pelos fundamentos defendidos.

Ao NUP para providências.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1743857** e o código CRC **253B106D**.

0009680-86.2021.6.05.8000

1743857v5